

30
Anos

Ano XXIX - Vol. XXIX - (1): Janeiro/Dezembro - 2025

CIÊNCIA
Geográfica
ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461
www.agbauru.org.br


DOI: <https://doi.org/10.18817/26755122.29.1.2025.4161>

UM BREVE ENSAIO SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS NA CONSOLIDAÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

A BRIEF ESSAY ON THE IMPORTANCE OF SCIENTIFIC JOURNALS
IN THE CONSOLIDATION OF BRAZILIAN GEOGRAPHY

BREVE ENSAYO SOBRE LA IMPORTANCIA DE LAS REVISTAS CIENTÍFICAS
EN LA CONSOLIDACIÓN DE LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA

Charles da França Antunes¹

 0000-0002-7334-4360

charlles@uerj.br

¹ Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), e Presidente da Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN-AGB / gestão 2024-2026). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7334-4360>. E-mail: charlles@uerj.br.

Artigo recebido em maio de 2025 e aceito para publicação em junho de 2025.



RESUMO: O presente artigo evidencia os 30 anos de existência da Revista Ciência Geográfica editada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) — Seção Bauru e faz um breve ensaio sobre a importância dos periódicos científicos na consolidação da geografia brasileira.

Palavras-chave: Geografia. Revista Ciência Geográfica. Periódicos científicos. Associação dos Geógrafos Brasileiros.

ABSTRACT: This article highlights the 30 years of existence of the Revista Ciência Geográfica, published by the Brazilian Association of Geographers (AGB) — Bauru Section, and presents a brief essay on the importance of scientific journals in the consolidation of Brazilian geography.

Keywords: Geography. Geographic Science Journal. Scientific journals. Brazilian Association of Geographers.

RESUMEN: Este artículo destaca los 30 años de existencia de la Revista Ciencia Geográfica, publicada por la Asociación Brasileña de Geógrafos (AGB), Sección Bauru, y presenta un breve ensayo sobre la importancia de las revistas científicas en la consolidación de la geografía brasileña.

Palabras clave: Geografía. Revista Ciencia Geográfica. Revistas científicas. Asociación Brasileña de Geógrafos.

INTRODUÇÃO

*“... dia virá em que no Brasil haverá de, indubitavelmente,
surgir uma modalidade brasileira de tratar os assuntos geográficos...”*
José Veríssimo da Costa Pereira (1953)

Em 2025 a Revista Ciência Geográfica, editada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) — Seção Bauru, celebra três décadas de contribuições fundamentais para o avanço da ciência geográfica no Brasil. Desde seu surgimento em 1995, a revista tem sido um importante veículo de difusão do conhecimento geográfico, consolidando-se como espaço privilegiado de debate acadêmico, reflexão crítica e divulgação de pesquisas que marcaram a trajetória da Geografia brasileira.

A importância da Revista transcende sua função como periódico científico, ao representar um projeto coletivo vinculado à AGB, através da Seção Local Bauru. Ao longo desses 30 anos, a revista tem publicado a produção de diferentes pessoas que trabalham e produzem a partir do pensamento geográfico, promovendo discussões que articulam teoria e prática, ensino e pesquisa. Sua trajetória reflete o amadurecimento da Geografia brasileira, evidenciando como os periódicos científicos são essenciais na constituição e consolidação de um campo disciplinar. Além disso, a Revista cumpre um papel estratégico na integração entre a AGB e a comunidade geográfica, reforçando o compromisso da associação com uma ciência geográfica acessível e socialmente relevante. Ao priorizar a pluralidade de vozes e abordagens, a revista mantém viva a tradição da AGB de incentivar o pensamento crítico e a práxis transformadora.

O aniversário de 30 anos da Revista Ciência Geográfica é a motivação da escrita desse texto, cujo objetivo é destacar a importância da publicação, dos periódicos científicos na consolidação de uma determinada ciência. Na Geografia brasileira e na AGB isso não poderia ser diferente — 2025 também é ano de comemoração do aniversário de 90 anos da primeira publicação da então recém-fundada AGB, que inicia uma história de muitos periódicos dedicados a divulgar, e com isso ajudar nesse complexo processo de consolidação de um campo científico — depois da Revista Geografia (1935–1936), muitos outros se seguiram e entre eles encontramos a Revista Ciência Geográfica, da AGB/Bauru.

Feita essa introdução comemorativa, vamos ao texto e à sua questão central — o papel histórico das publicações científicas em Geografia e sua importância para a consolidação daquilo que vamos chamar de “campo científico da Geografia brasileira”.

PARA INICIAR A CONVERSA

A consolidação de um campo científico é um processo complexo que envolve múltiplos elementos articulados de forma contínua e dinâmica. Exige, portanto, a sinergia entre diferentes pilares — a existência de espaços de formação, de associação, de encontros e publicação científica. Um pesquisador se forma numa dinâmica que envolve a formação inicial na graduação e em um programa de pós-graduação, desenvolve sua pesquisa, publica os resultados em periódicos reconhecidos, apresenta seus trabalhos em congressos, torna-se membro ativo de sociedades/associações científicas e, eventualmente, passa a orientar novos alunos, reiniciando o ciclo de produção e difusão do conhecimento. Esse ciclo articulado é o que garante a vitalidade e a institucionalização de uma determinada área científica.

Nesse processo, as publicações científicas ocupam papel central, funcionando como o principal mecanismo de comunicação, validação e circulação do conhecimento produzido. Contudo, para que o conhecimento publicado atinja legitimidade e relevância, é necessário que ele se insira em um ecossistema institucional mais amplo, composto por cursos de formação, associações científicas, eventos e práticas de avaliação.

Uma das bases da consolidação científica está na formação de pesquisadores, realizada por meio dos cursos de graduação e, sobretudo, dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). Esses cursos não somente transmitem conteúdos e metodologias consolidadas, como também delimitam os contornos temáticos e epistemológicos de cada campo, por meio da estruturação curricular e das linhas de pesquisa. Dessa maneira, surgem linhas, correntes, “escolas” de pensamento, com orientações acadêmicas específicas, fomentadas pela atuação de docentes, grupos de pesquisa e redes interinstitucionais. No entanto, há desafios constantes, como a necessidade de atualizar os currículos diante das rápidas transformações científicas, garantir o reconhecimento de áreas emergentes e lidar com as tensões do próprio campo e de suas relações com outros.

Paralelamente, as associações e sociedades científicas desempenham funções fundamentais na organização coletiva da ciência. Elas atuam como representantes políticas da comunidade científica perante agências de fomento, governos, instituições internacionais, e na relação com diferentes movimentos da sociedade. As associações definem diretrizes metodológicas, padrões éticos e noção de coletivo, onde são responsáveis também pela promoção de eventos, manutenção de periódicos científicos e organização de congressos que fortalecem a identidade e a coesão do campo.

Os eventos científicos, por sua vez, constituem o espaço privilegiado para o debate em tempo real. Congressos, simpósios, encontros e workshops permitem o compartilhamento de pesquisas em andamento, o fortalecimento de redes de colaboração e a atualização diante de novas tendências. Também são espaços de formação continuada, com minicursos e palestras que complementam a formação acadêmica formal.

Em resumo, a profissionalização da ciência no Brasil a partir da década de 1930 teve grande influência na forma como os conhecimentos científicos passaram a ser comunicados. Com a institucionalização, surgiram novos espaços e formas de circulação – como revistas, boletins e congressos – que facilitaram o diálogo, a circulação de ideias e a legitimação social de cientistas. Esse processo transformou a divulgação científica em uma função indispensável não só para disseminar resultados, mas também para demonstrar a relevância social e política da ciência, contribuindo para a democratização do conhecimento e o fortalecimento da cultura científica no país.

AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

É nesse cenário que as publicações científicas adquirem seu papel central e estruturante. Os periódicos são os canais oficiais pelos quais o conhecimento é disseminado, submetido à validação por pares e incorporado ao patrimônio coletivo da ciência. A publicação de artigos em revistas amplia a visibilidade dos trabalhos e insere os pesquisadores em redes (regionais, nacionais e globais) de comunicação científica.

O fortalecimento das diversas áreas se deu (e se dão), sobretudo, pelo papel estratégico das publicações científicas, que criam um espaço consolidado de comunicação e legitimação do conhecimento produzido, e isso não é diferente na Geografia brasileira.

Assim, é possível afirmar que as publicações científicas são o coração pulsante da ciência, mas sua força depende do suporte institucional construído ao redor: cursos de formação robustos, sociedades/associações organizadas, eventos ativos e uma comunidade comprometida com a continuidade e a integridade do saber científico.

Foi só no século XIX que as revistas adquiriram suas feições contemporâneas. Dentre outras características que se consolidaram no período, podemos destacar: 1. a periodicidade (mais ou menos regular) com que passam a ser publicadas; 2. as formas de financiamento passam a ser de dois tipos principais: as próprias associações que organizavam as revistas cobriam seus custos de publicação; ou elas se mantinham pela cobrança de subscrições (assinaturas) para os membros das associações científicas que desejassem receber os números; 3. Houve significativa especialização de parte das revistas em campos do conhecimento específicos (física, biologia, geografia, história, etc.). Já no início do século XX, o crescimento do número de revistas segue acelerado, principalmente pelo fato de que elas passam a ser publicadas não só por associações “específicas”, mas também por universidades, faculdades, editoras comerciais e pelo próprio Estado (interessado em fomentar discussões científicas em áreas de seu interesse estratégico) (Stumpf, 1996, p. 3 *apud* Contel, 2014, p. 4).

No Brasil, o surgimento de uma divulgação científica própria está intrinsecamente relacionado ao processo de constituição da ciência nacional, da produção científica no país, especialmente a partir da década de 1930, com a fundação de universidades e associações científicas. Essa prática reflete a

mobilização e o crescente interesse da comunidade científica não apenas em desenvolver pesquisas, mas em tornar seus resultados acessíveis, compreensíveis e socialmente relevantes. Nesse contexto, a divulgação científica ultrapassa a simples comunicação de descobertas: ela se consolida como uma arena de disputa simbólica pela legitimação do saber científico.

A ação de divulgar ciência está fortemente vinculada a discussões internas à própria comunidade científica sobre seu papel social e político. Trata-se de um movimento de reconhecimento da responsabilidade pública da ciência – responsabilidade esta que não se limita à produção de conhecimento, mas se estende à mediação entre ciência e sociedade. Isso implica repensar o lugar da ciência em um país historicamente marcado pela desigualdade no acesso à educação e à informação. Divulgar ciência, nesse contexto, é também um ato de democratização do saber, de construção de cidadania e de fortalecimento da cultura científica.

Ao considerarmos o início do século XX, a difusão científica no Brasil precisa ser situada em um momento de institucionalização e profissionalização da ciência. Trata-se de um período em que emergem instituições de fomento e regulação da pesquisa, além de universidades públicas que passam a desempenhar papel central na formação de quadros científicos. A divulgação científica parece assumir um novo papel social relacionado às atividades dos cientistas, sendo percebida como indispensável tanto para divulgar novos conhecimentos como para evitar um isolamento da comunidade científica em relação à sociedade (Mendes, 2004).

Capel (1981) destaca a importância das revistas científicas como lugar de realização das discussões das comunidades ligadas às diversas ciências e como prova da vitalidade de uma disciplina.

“En la ciencia contemporánea los congresos especializados y las revistas científicas constituyen los lugares en los que esta discusión comunal se realiza. Su existencia es una prueba de la vitalidad de una disciplina y un requisito indispensable para su crecimiento. El estudio de la historia del pensamiento geográfico no puede realizarse sin aludir a estas estructuras organizativas que, además de contribuir a la difusión y contratación de las ideas científicas, son también ocasión para crear y afianzar prestigios profesionales y, en muchos casos, un excelente mercado de trabajo” (Capel, 1981, p. 207).

Nesse processo, as associações científicas ocupam um papel estratégico. Elas não apenas articulam redes de pesquisadores e criam espaços para a circulação das ideias, mas também institucionalizam linguagens, objetos, métodos e temas. No caso da Geografia, as palavras de Capel (1981) são emblemáticas ao destacar a importância das revistas científicas e dos congressos especializados como espaços de discussão e legitimação de saberes disciplinares. São nesses espaços que a Geografia se organiza como campo científico, se renova metodologicamente e afirma sua vitalidade perante outras disciplinas. Ainda, no que se refere à Geografia, as palavras de Capel são reafirmadas pelas inúmeras publicações e, principalmente, quando essas se ampliam a partir da criação dos Boletins das Seções Regionais (e depois Locais) e dos Anais da AGB.

As revistas periódicas específicas de diferentes áreas contribuem para criar ou reafirmar um campo, estabelecer ou manter dominação, passar ideologia e manter viva a memória do campo.

Daher (2003) aprofunda o debate sobre a importância e o papel dos periódicos ao se referir a eles como “instâncias de consagração”, porque são únicos em seus campos.

As Revistas periódicas, ao socializarem os produtos dos agentes dos específicos campos, contribuem para a conformação da cultura desse campo e da conquista de visibilidade no âmbito científico, cultural e social, funcionando, deste modo, como “instâncias de consagração” (Daher, 2003, p. 48).

Sendo assim, o estudo de periódicos é uma das formas mais privilegiadas de apreensão dos modos de funcionamento e pensamento de um campo. Quais os temas mais recorrentes? Quais os autores que mais publicaram? Esses autores e seus temas permitem visualizar a formação de uma forma própria de pensar/fazer a Geografia no Brasil? Alguns desses questionamentos podem ser tentados respostas através da análise dos periódicos de Geografia, tendo como referência algumas das reflexões de sobre o assunto feitas por Bourdieu (1994), onde mostra que a escolha de temas se relaciona às chances de reconhecimento e legitimação das áreas de conhecimento e de seus produtores.

O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros (Bourdieu, 1994, p. 125).

Estudar a história de um campo é fundamental para a compreensão do processo de constituição desse campo. Assim, a história deve contribuir para que os sujeitos se conscientizem do papel desta no passado, para, a partir daí, conquistar a liberdade. Toda história deve ser analisada de forma a captar e compreender qual a sua contribuição para se fazer avançar o conhecimento.

O uso da terminologia “campos” pertence ao senso comum e à conceituação científica. Em termos de senso comum, utilizamos, no espaço acadêmico, sem muito questionar, as expressões “campo da geografia”, “campo da educação”, etc. para nos referirmos à especificidade de um agrupamento social, mais ou menos vinculado ao mundo profissional ou, se quisermos, a um agrupamento que desenvolve, na divisão social do trabalho. Mas há também a utilização dos termos conforme os conceitos desenvolvidos na sociologia crítica de Pierre Bourdieu. É, a partir desse autor, que utilizaremos o nosso conceito de campo científico.

Uma das virtudes da teoria do campo é que ela permite romper com o conhecimento primeiro, necessariamente parcial e arbitrário — cada um vê o campo com uma certa lucidez, mas a partir de um ponto de vista dentro do campo, que ele próprio não vê. A incerteza, a indeterminação presente no social é o que legitima a pluralidade das visões do mundo (Bourdieu, 2000). Ainda

Os campos são os lugares de relações de força que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto a sua realidade. Todo campo, o campo científico, por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças (Bourdieu, 2003, p. 25).

Cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital. O capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento atribuído pelo conjunto de partes-concorrentes no interior do campo científico.

A estrutura do campo é, *grosso modo*, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço.

É nesta perspectiva que pensaremos a constituição do campo científico da Geografia brasileira forjado, nesse caso, no interior da AGB e ainda, perceber o desafio de construir uma reflexão de um campo a partir de outras reflexões, às vezes até concorrentes, oferecidas pelos próprios agentes, os mesmos que constituem o campo em sua forma e conteúdo. Ainda mais, em se tratando de um “campo científico”, em que se pressupõe que os agentes que dele participam também procuram recorrentemente refleti-lo. Bourdieu assim compreende a noção de “campo científico”:

enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado (Bourdieu, 1994, p. 122).

Nesse sentido, embora para muitos não pareça assim, a história da Associação dos Geógrafos Brasileiros é caracterizada em larga escala por ter formado, em curso, ao longo e ao largo dos processos e estruturas formais de aprendizagem das Escolas e Universidades, um número bastante expressivo de estudantes e profissionais. Essa formação, embora para outros possa parecer, não esteve ou está desvinculada das instituições de educação formal e, portanto, não pode ser dissociada também de suas formas. É nos lugares onde se realiza aquilo que concebemos por escola que se realiza, essa estrutura e suas muitas facetas são seu território primário, embora posteriormente – como veremos adiante – possibilite uma educação além das fronteiras dos muros institucionais.

Uma das perspectivas emergentes e necessárias de estudo no campo da Geografia brasileira nos últimos anos tem sido a tentativa de análise de sua história como forma de compreensão tanto do processo de estruturação de seu campo quanto do processo de construção dos agentes que o compõem. Busca-se, desse modo, compreender a história social de sua produção e consolidação.

As Revistas, Boletins e Anais, ao serem concebidos e representados pelos sujeitos do campo, como o espaço oficial, legítimo e um dos de maior representatividade, colocam-se como uma das instâncias fundamentais e próprias para a compreensão do conhecimento do campo científico. Desse modo, as publicações impõem-se como fonte importante de dados na medida que através delas foram recriadas, socializadas e cristalizadas concepções, ideologias e *habitus*, constituindo material empírico imprescindível para o conhecimento da constituição do campo em estudo.

AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E A AGB

Inúmeras revistas, boletins, jornais impressos, jornais eletrônicos, artigos na internet das seções locais e da nacional indicam a importância da AGB na construção da Geografia. Escritos e lidos, em sua maioria, por geógrafos e geógrafas, demonstram uma das formas pelas quais se constrói, se modifica, se altera ou se reconstrói a Geografia. Ressalte-se, contudo, que não apenas as publicações

da AGB contribuíram com este processo, pois textos e livros foram e são editados pelas universidades e por outros agentes sem a participação da AGB ou de seus geógrafos associados. No entanto, analisando os textos das revistas da AGB, verifica-se que, em geral, demonstram as pesquisas em andamento, em fase de conclusão ou já concluídas; permitem a circulação das ideias, dos conceitos, do arcabouço teórico e da metodologia utilizada; retratam as condições, contribuições, questões e problemas encontrados na vida de trabalho, estudo e pesquisa. É preciso ter clareza de que a própria AGB² não realiza pesquisas acadêmicas no sentido restrito do termo, mas as difunde. A ação política realizada pelos sócios ou pela direção da AGB implica em realização de pesquisas no sentido amplo e em divulgação da Geografia e dos geógrafos. Portanto, pensar a AGB como uma associação que difunde – mais do que produz diretamente – conhecimento, não a diminui; ao contrário, destaca seu papel histórico como articuladora de sentidos, mediadora de debates e promotora de uma ciência geográfica engajada com os desafios do Brasil. A divulgação científica é, assim, tanto um instrumento de reconhecimento interno quanto uma forma de interpelar a sociedade, convidando-a a refletir criticamente sobre o espaço, o território, as desigualdades e as possibilidades de transformação.

Como já tratado anteriormente, a divulgação da produção de uma dada ciência, seja em qualquer tempo, sempre foi uma possibilidade a ser buscada. A possibilidade de fazer chegar aos seus pares o artigo produzido, o estudo feito, a descoberta ou o ensaio, mas também um veículo de legitimação de um determinado campo ou grupo associado. Não foi diferente na Geografia brasileira e não poderia ser também diferente na AGB. O pioneirismo da AGB nas publicações de revistas e boletins é não só marcante para a própria associação, quando publica sua primeira revista a pouco mais um ano de sua própria fundação, como também para a Geografia brasileira, quando se torna o único e depois³, um dos dois principais órgãos de divulgação dessa mesma ciência e seus primeiros estudiosos. As palavras de Aziz Ab'Saber, quando faz um balanço dos vinte e cinco anos de Geografia em São Paulo (1934–1959), em artigo publicado na seção “*Comentário*”, do Boletim Paulista de Geografia, número 34, de março de 1960, deixam bastante claro a importância dessas pioneiras publicações.

Duas publicações geográficas, modernas pelo seu espírito e pelo caráter de suas colaborações, serviram de órgãos de divulgação para a primeira geração de estudiosos de Geografia que gravitaram em torno da recém-criada Universidade de São Paulo, ambas publicadas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros: entre 1935 e 1936, a revista *Geografia*, e, entre 1941–1944, o *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros* (Ab'Saber, BPG, 1960, p. 79).

Um balanço das publicações da AGB nos permite construir um quadro, nesse momento ainda simples, das características dessa produção, que vai desde a quantidade de material produzido até a identificação de alguma temática mais recorrente, ou mesmo da presença mais efetiva de algum autor e sua possível influência na forma de pensar e produzir na AGB. Desse modo, um ponto de partida útil e importante para se pensar a trajetória de cada publicação e, por conseguinte, da AGB na construção do campo de conhecimento da Geografia brasileira é o mapeamento do conjunto de produtos dos diversos autores presentes nos Boletins e Anais da AGB. Essa análise das publicações da AGB permite captar os modos de pensar e fazer Geografia no Brasil, os debates centrais em diferentes períodos e os agentes que protagonizaram essas transformações. Essas publicações, além disso, documentam a história social da Geografia e seu enraizamento nos contextos político-educacionais do país. Ainda que outros agentes – universidades, editoras independentes, intelectuais isolados – tenham contribuído com a difusão do

saber geográfico, a importância da AGB reside justamente em sua capacidade de articular um projeto coletivo, nacional e crítico de construção e disseminação do conhecimento.

Ao longo de sua história, a AGB destacou-se pela produção de um espaço de circulação de ideias voltadas tanto à comunidade científica quanto à sociedade em geral. O pioneirismo de publicações como a Revista Geografia (1935-1936), o Boletim da AGB (a partir de 1941), gestados nos difíceis anos iniciais da associação; os Anais das Assembleias Gerais Ordinárias e os Boletins das Seções Regionais, que atravessaram os períodos de expansão e consolidação inicial, revelam o esforço da entidade em constituir-se como mediadora entre os saberes científicos e os interesses sociais mais amplos. Como atesta Aziz Ab'Saber (1960), essas publicações foram centrais para a formação de uma geração de geógrafos comprometidos com o país e com a renovação científica da disciplina.

As revistas científicas têm sido fundamentais para a comunidade geográfica brasileira porque funcionam como espaços de discussão, reconhecimento e consolidação do campo. Elas ajudam a legitimar temas, autores e abordagens teóricas, além de fortalecer as identidades científicas e as tradições intelectuais. Através dessas publicações, os geógrafos podem divulgar suas pesquisas, estabelecer redes de contato e manter viva a memória do campo, além de legitimar sua produção acadêmica perante a comunidade científica e a sociedade.

Por fim, vale dizer que em periódicos científicos, o conhecimento ficaria fragmentado, não validado e sem alcance global. As publicações são o sistema circulatório da ciência, integrando formação, associações e eventos. Por isso, a avaliação de uma área científica passa não apenas pela existência de cursos e pesquisadores, mas pela qualidade e visibilidade de suas revistas e eventos. Um campo consolidado é aquele que domina esse ecossistema completo. A Geografia brasileira não seria a mesma sem as publicações científicas da AGB, ao longo das décadas. E a própria ideia de ciência como bem público também se veria empobrecida sem o trabalho persistente, crítico e comprometido das associações científicas. Essas entidades são, em última instância, depositárias e difusoras da memória, da história e das lutas dos campos científicos aos quais pertencem.

RETORNANDO AO INÍCIO DO TEXTO PARA UM DIÁLOGO DE CONCLUSÃO

A trajetória da Revista Ciência Geográfica ao completar três décadas de existência, não apenas simboliza a persistência de um projeto editorial comprometido com a produção e a circulação do saber geográfico no Brasil, mas também se insere em um processo mais amplo de constituição e consolidação do campo científico da Geografia brasileira. Conforme demonstrado ao longo do texto, a consolidação de um campo disciplinar exige a articulação entre diferentes pilares: formação acadêmica, associação profissional, eventos científicos e, de maneira decisiva, as publicações especializadas. As revistas científicas, como a da AGB/Bauru, funcionam como instâncias legitimadoras, estruturando os espaços de visibilidade, consagração e debate crítico, indispensáveis para o amadurecimento teórico-metodológico de qualquer área do conhecimento.

As abordagens mobilizadas preliminarmente neste modesto ensaio dialogam com os referenciais que nos permitem, a partir dessa perspectiva, compreender que a ciência não é um empreendimento neutro ou isolado, mas um campo de forças em constante disputa, onde os agentes buscam reconhecimento e legitimidade por meio de estratégias específicas – entre elas, a publicação de/em revistas científicas. Nesse sentido, os periódicos não são apenas veículos de divulgação de ensaios e/

ou resultados de pesquisas (iniciais ou avançadas em elaboração), mas também arenas simbólicas onde se definem os temas relevantes, os interlocutores legítimos e os critérios de excelência e inovação, bem como os posicionamentos políticos, os projetos de sociedade e visões de mundo.

A AGB e seus periódicos, boletins e anais foram – e ainda são – fundamentais não apenas para registrar e socializar a produção científica, mas para construir sentidos compartilhados sobre o que é, o que pode e o que deve ser a Geografia brasileira. Ao destacar a trajetória da Revista Ciência Geográfica nesse ecossistema, que nesse momento comemora 30 anos de existência, reafirma-se a relevância das publicações científicas como elemento estruturante da institucionalidade científica.

Em tempos de desvalorização do conhecimento, ataques às ciências humanas e desafios estruturais no financiamento da pesquisa, defender e fortalecer os periódicos científicos – especialmente os vinculados a associações comprometidas com a transformação social – é uma tarefa estratégica para a manutenção da autonomia e da legitimidade da ciência brasileira.

Por fim, pensar a história da Geografia brasileira a partir de suas publicações é reconhecer que os saberes disciplinares não nascem do acaso, mas de lutas, escolhas, embates e compromissos históricos. As revistas científicas são espelhos e motores desses processos, e sua análise permite não apenas compreender o passado, mas projetar caminhos futuros para uma ciência mais crítica, democrática e comprometida com a realidade concreta. A Revista Ciência Geográfica, da AGB/Bauru, é, nesse sentido, mais do que um veículo editorial – é uma expressão viva do campo científico da Geografia brasileira, em sua complexidade, pluralidade e potência transformadora.

NOTAS

2 Podemos fazer uma pequena ressalva a título de destaque para os Trabalhos de Campo realizados durante as assembleias anuais da AGB no período 1946–1969 e para alguns projetos desenvolvidos pela AGB em determinados momentos de sua história.

3 Em 1939, foi criada a Revista Brasileira de Geografia, editada pelo IBGE.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. Comentário. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 34. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 1960.
- ANTUNES, Charlles da França Antunes. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens e transformações**. Rio de Janeiro: Editora Consequência / Faperj, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência – por uma sociologia crítica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp / INRA, 2003.
- CAPEL, Horácio. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**. Una introducción a la Geografía. Barcanova: Barcelona, 1981.
- CONTEL, Fábio Betioli. A importância das revistas científicas na comunicação do conhecimento. **Geosp**, v. 28, n. 2, e228325. 2024. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2024.228325pt>
- DAHER, Donizete Vago. **A Invenção da “Era Nova”**: a Revista Annaes de Enfermagem e o

Processo de Construção do Campo de Conhecimento da Enfermagem no Brasil – 1932-1950. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. José Reis e o papel dos cientistas na divulgação científica. In: **Revista Digital Ciência & Comunicação**. Volume 1, Número 1, Dezembro de 2004.

